

**DOSSIÊ: PERSPECTIVAS QUEER NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**FALANTXS TRANSVIADXS: LINGUÍSTICA QUEER E  
PERFORMATIVIDADES MONSTRUOSAS**

*(Transgaysive speakers: queer linguistics and monstrous performativities)*

Rodrigo Borba <sup>1</sup>  
*(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)*

Recebido em: novembro de 2020  
Aceito em: dezembro de 2020  
DOI: 10.26512/les.v21i2.35211

---

<sup>1</sup> Rodrigo Borba (rodrigoborba@letras.ufrj.br) é Professor do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## RESUMO

*Este artigo apresenta o conceito de falantxs transviadxs, que oferece possibilidades analíticas para entendermos como pessoas em suas práticas locais negociam sentidos para quem são vis-à-vis normas que limitam o que podem/devem fazer e como podem/devem falar/escrever, circunscrevendo as fronteiras entre o normal/ideal e o abjeto/monstruoso. O artigo propõe uma perspectiva analítica queer guiada pelos conceitos de indexicalidade e corporificação. Revisito dados gerados em uma pesquisa etnográfica sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre travestis com o intuito de entender como performances transviadas (i.e. aquelas que reviram e misturam múltiplos repertórios linguísticos e bagunçam regimes de ordenação do comportamento generificado) emergem e a que propósitos servem localmente.*

**Palavras-chave:** *Linguística queer. Falantes transviadxs. Indexicalidade. Corpo.*

## ABSTRACT

*This paper advances the concept of transgaysive speakers which provides analytical possibilities to investigate how people, in their daily practices, negotiate meanings for who they are vis-à-vis norms that circumscribe what they can/should do and how they can/should speak/write, drawing boundaries between the normal/ideal and the abject/monstrous. The paper is grounded on a queer analytical perspective for the study of language-use guided by the concepts of indexicality and embodiment. I revisit data from an ethnographic research about safe sex outreach work among travestis with a view to investigating how transgaysive performances (i.e. stylizations that juxtapose linguistic repertoires and repurpose disciplining regimes of gendered behaviour) emerge and function to achieve local interactional objectives.*

**Keywords:** *Queer Linguistics. Transgaysive Speakers. Indexicality. Body.*

## RESUMEN

*Este artículo presenta el concepto de hablantxs transmaricxs, que ofrece posibilidades analíticas para comprender cómo las personas, en sus prácticas locales, negocian significados para quienes están frente a normas que limitan lo que pueden/deben hacer y cómo pueden/deben hablar/escribir, circunscribir los límites entre lo normal/ideal y lo abyecto/monstruoso. El artículo propone una perspectiva analítica queer guiada por los conceptos de indexicalidad y corporeización. Reviso los datos generados en una investigación etnográfica desarrollada en un contexto de prevención de infecciones de transmisión sexual entre travestis para comprender cómo surgen y cuáles son las performances transmaricas (es decir, las que revisan y mezclan múltiples repertorios lingüísticos y desordenan los regímenes de ordenamiento de la conducta de género) y a cuáles propósitos sirven localmente.*

**Palabras clave:** *Lingüística Queer. Hablantxs Transmaricxs. Indexicalidad. Cuerpo.*

## INTRODUÇÃO

*O monstro combina o impossível com o proibido.*

*Michel Foucault*

Em trecho bastante conhecido, David Halperin (1995, p. 62) explica que “‘*queer*’ é por definição tudo que vai contra o normal, o legítimo, o dominante. [O termo] descreve um horizonte de possibilidades cuja extensão precisa e o escopo heterogêneo não pode ser definido a priori.” O

linguista Rusty Barrett (2020, p. 50) radicaliza esse posicionamento ao afirmar que *queer* é um significante sem um significado o que permite que o termo englobe “um conjunto imaginado e indefinido de práticas sexuais (e indivíduos associados a elas) que fogem das concepções heteronormativas do discurso social dominante”. Esta (in)definição *queer* provoca uma reviravolta inesperada no parafuso referencial e representacional (FABRÍCIO, 2016) que serve de eixo para os estudos da linguagem e, de fato, para outras áreas das ciências humanas e sociais. Por conta disso, não surpreende o fato de que o termo tenha passado por um processo de delimitação semântica ao ponto de encontrarmos referências, em trabalhos contemporâneos, a algo como “os *queers*” – um grupo que supostamente se identificaria como tal – contrariando assim estratégias antirrepresentacionais de ação política e epistemológica propostas pela teoria em questão. Embora, para o desgosto de Halperin e Barrett, em alguns círculos o termo tenha se tornado um substituto para LGBT, como bem explica Miskolci (2015, p. 25), *queer* “não é uma defesa da homossexualidade; é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção [...] entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivos.”

À crítica dos processos que delimitam essa linha de abjeção volta-se a abordagem *queer* de estudos e ação política. Adotando teorias e metodologias que possam fazer ver a constituição de normatividades, seu funcionamento e seus efeitos materiais nos corpos e subjetividades que atravessam a fronteira entre o normal e o abjeto, as provocações *queer* hoje se alastram por diversas áreas do fazer científico. Como a Linguística, disciplina que em sua história traçou diversas linhas divisórias cujo propósito era/é circunscrever os limites de seu objeto de estudo, poderia dar conta do desafio não-referencial e antirrepresentacional lançado por teóricxs<sup>2</sup> *queer*? Este artigo visa encaminhar algumas reflexões provocadas por essa pergunta. Para isso, aciono apropriações e provocações epistemológicas feitas no campo conhecido como Linguística *Queer* (LQ)<sup>3</sup>.

Desde a década de 1990, com a publicação da coletânea *Queerly Phrased* (LIVIA; HALL, 1997), estudiosxs da linguagem no contexto anglo-saxão têm se debruçado sobre a questão de como a bem-comportada linguística pode dialogar com a monstruosidade<sup>4</sup> subversiva *queer*. Contudo, à

---

<sup>2</sup> Utilizo o x como desinência de gênero não binário para evitar o masculino genérico. Pelkey (2017), em sua análise sociossemiótica, sugere que a figura do x está associada ao enigma, ao excedente e a reviravoltas e misturas que desafiam binarismos, borrando fronteiras bem definidas entre categorias (ver, nesse sentido, BORBA; LOPES, 2018; BORBA, 2019). Essa indefinição do x está em consonância com a proposta teórico-analítica que desenvolvo nesse artigo, como se poderá perceber mais à frente.

<sup>3</sup> Ver Borba (2020) e Santos Filho (2020) para discussões mais detalhadas sobre o campo.

<sup>4</sup> Pelúcio (2014) mostra insatisfação ao analisar que, no Brasil, a utilização de um termo em inglês (i.e. *queer*) dá um ar de sofisticação burguesa a um conjunto de teorias que visa justamente contestar as bases ideológicas e discursivas que sustentam a heteronormatividade. Bento (2016) segue a mesma linha e prefere chamar essas teorias de “estudos transviados” que, segunda a autora, tem mais interlocução com o contexto brasileiro. Seguindo essa crítica terminológica e me mantendo leal à indefinição que dá ao *queer* seu poder de desafio às normas, aqui proponho o

primeira vista, o sintagma “Linguística *Queer*” pode parecer um paradoxo. Afinal, como a Linguística, disciplina tida como a “mãe” do estruturalismo, se relaciona com a prole mais rebelde do pós-estruturalismo? Aqui, defendo que a LQ se constitui como um oxímoro: ao sobrepor campos de significação aparentemente excludentes, cada um dos termos do par retroalimenta o outro e oferece um poderoso aparato analítico para a investigação de processos situados de construção de relações intersubjetivas perante uma plêiade de normatividades (de língua, gênero, sexualidade, etc.) e seus efeitos materiais nos sujeitos que as contestam (ou reificam). Para defender essa posição, apresento aqui o conceito de *falantxs transviadx*s que, argumento, oferece possibilidades analíticas para entendermos como pessoas em suas práticas locais negociam sentidos para quem são vis-à-vis normas que limitam o que podem/devem fazer e como podem/devem falar/escrever, circunscrevendo as fronteiras entre o normal/ideal e o abjeto/monstruoso. Minhas reflexões sobre esse conceito são guiadas por duas questões disparadoras, que discuto a seguir.

### 1. DO “FALANTE IDEAL” A “FALANTXS TRANSVIADXS”

Como sabemos, Chomsky e a geração de linguistas que influenciou privilegiam na investigação da língua o conhecimento inato (i.e. competência) de um falante-ouvinte<sup>5</sup> ideal e relegam a segundo plano a performance linguística (i.e. desempenho), que para o autor só apresenta desvios da norma que desqualificariam a cientificidade almejada pela área. O conceito de falante-ouvinte ideal é resultado de uma inclinação modernista da linguística que, através do método da introspecção, acaba por definir como sujeito digno de pesquisa um indivíduo branco, homem, de classe média, ocidental, falante de uma norma culta da língua e, como não poderia deixar de ser, heterossexual – as pretensões de identificar uma gramática universal evidenciam esse posicionamento. Como explica Barrett (2014), Chomsky, metaforicamente, é, ele mesmo, o falante-ouvinte autêntico com o qual a linguística “deveria se preocupar se ela quer ser uma ciência respeitável” (CHOMSKY, 1965, p. 4). O desejo inabalável por cientificidade é também a força motriz que leva este autor a desconsiderar a performance linguística como de interesse analítico, pois o que ele quer é descrever a competência, ou seja, a norma inata que possibilita e constrange a ação social *a priori*.

A LQ, ao contrário, através de um posicionamento crítico frente a esses pressupostos positivistas de pesquisa, se preocupa com o que tenho chamado de *falantxs transviadx*s em suas *performances situadas*. Por falantxs transviadx entendendo aqueles que, em suas ações linguísticas,

---

monstro como figura que personifica, metafórica ou literalmente, essa “diferença que não quer assimilada [e] sua forma de ação [...] transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001:546).

<sup>5</sup> O masculino genérico aqui reflete a forma que o conceito é usado no campo. Fica a provocação, existiria uma falante-ouvinte ideal (assim mesmo no feminino)?

justapõem registros, estilos, léxicos, gêneros do discurso, sintaxes e variedades que contradizem as expectativas de como, o que, quando, com quem, onde deveriam falar, engajando-se, assim, em práticas translinguísticas que xs colocam nas fronteiras entre gêneros e sexualidades por atravessarem normas do que é legitimamente aceito. Tais normas de comportamento linguístico são convencionalmente atreladas a uma suposta essência/biologia que supostamente antecede e serve de fonte para a fala e a identidade de forma cartesiana (i.e., “sou assim, logo falo assado”). São, portanto, desviantes lingüísticxs cujos padrões de uso de língua divergem de formas normativas e socialmente aceitas, imundiçando (BORBA; LOPES, 2018) o limite entre o lingüístico e o social.

Importa salientar que essxs falantxs não podem ser definidxs por categorias apriorísticas como gay, lésbica, trans, bi ... Seu status transgressor emerge da prática social na qual, por variados propósitos, engajam-se em um trabalho de remixagem que acaba por emaranhar repertórios lingüísticos, corporais e discursivos. O conceito de falantx transviadx deve funcionar não de forma substancial, mas sim relacional, situada e contextual – sua transgressão não o antecede, emergindo somente no momento da ação languageira durante a qual um horizonte de possibilidades de identificação se apresenta através do escopo heterogêneo de seu repertório lingüístico.

A segunda questão que guia minha discussão vem do embate entre a ativista trans Indianare Siqueira e a filósofa estadunidense Judith Butler, em sua visita ao Brasil em 2015 para o congresso Desfazendo Gênero que aconteceu em Salvador naquele ano. Durante uma mesa-redonda, Indianare criticou Butler por produzir teoria no conforto de seu gabinete e não se engajar diretamente com a vida social, onde a cisheteronormatividade exclui e, de fato, mata pessoas que a contestam. Em sua retórica crua e contundente, Indianare asseverou: “Vem pro puteiro, Butler!”. A filósofa, que estava na plateia, não aceitou o convite. Em sua plenária, no dia seguinte, iniciou falando da importância da teoria para que se entenda a vida e, então, se parta para a prática (ver, BUTLER, 2016). Um embate entre teoria e prática que, como veremos, a LQ, com seu foco sobre negociações intersubjetivas de identidades em eventos comunicativos locais, desmantela. Em outros termos, a LQ investiga os contextos em que a vida social acontece e onde as normas de gênero, sexualidade e de língua incidem nos corpos e nas subjetividades das pessoas. Linguistas *queer*, dessa forma, não recusariam o convite de Indianare e iriam, por assim dizer, de gravador em punhos para o puteiro, onde linguagem, ideologias e práticas ao mesmo tempo restringem e possibilitam a existência social, política e lingüística de pessoas de carne e osso.

Entendo que a crítica feita por Indianare à Butler, em grande medida, deriva do fato de a teoria *queer*, tanto aqui quanto acolá, estar produzindo conhecimento cada vez mais abstrato em uma retórica cada vez mais hermética, correndo o risco de perder a conexão com o mundo das ruas (que, diga-se, foi onde apareceu antes de ser capturada e um tanto domesticada pelo discurso acadêmico).

A aproximação do *queer* ao ânimo empírico da Linguística, assim, traz para o centro das análises a materialidade das ações e dos discursos que informam nossa relação com o mundo social. Dessa forma, a dicotomia entre teoria e prática não se sustenta em estudos linguísticos guiados por uma perspectiva *queer*, pois para que possamos entender a vida social como ela se dá no aqui e agora não podemos impor teorias grandiloquentes e assépticas sobre o caos que constitui nossas ações hodiernas (ver, nesse sentido, MELO, 2020). Ao invés disso, tecem-se pequenas narrativas teóricas que emergem da prática em si.

Tendo essas questões disparadoras no horizonte, o restante do artigo está dividido em dois momentos. No primeiro, em diálogo com o trabalho de Kira Hall (2003; 2020), faço uma pequena apreciação genealógica das aparições de falantxs transviadx em textos centrais da linguística anglo-saxã<sup>6</sup>. Pergunto: quais foram xs falantxs construídxs como não ideais na história do pensamento linguístico? Que monstruosidades intrigaram a ciência da linguagem que, ao mesmo tempo, as apagou em sua busca por objetividade? Com base nessa discussão, preliminar e necessariamente seletiva por conta dos limites de espaço deste artigo, objetivo, no segundo momento, propor uma perspectiva analítica *queer* para os estudos linguísticos guiada pelos conceitos de indexicalidade (OCHS, 1993) e corporificação (BUCHOLTZ; HALL, 2016). Para isso, aceito, por assim dizer, o convite de Indianare: levo o interesse pela linguagem-em-uso a uma zona de prostituição. Revisito dados gerados em uma pesquisa etnográfica desenvolvida em um contexto de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre travestis profissionais do sexo (ver BORBA, 2009) com o intuito de entender como performances transviadas (i.e. aquelas que reviram e misturam múltiplos repertórios linguísticos, bagunçando regimes de ordenação do comportamento generificado), emergem e a que propósitos servem localmente.

## 2. FALANTXS TRANSVIADXS: UMA (BREVE) GENEALOGIA

Desde sua institucionalização como ciência em fins do século XIX, a Linguística tem sido pautada por binarismos que prometem objetividade explicativa, mas, ao fim e ao cabo, simplificam e planificam a realidade múltipla da relação entre língua e sociedade (ZIMMAN *et.al.*, 2014). Outro efeito dessas explicações dicotômicas é a exclusão de fenômenos que podem desafiar a elegância e a suposta neutralidade científica do modelo de dois. Alguns desses arcaísmos explicativos conhecemos bem. Saussure defende o estudo da *langue* e não da *parole*. Chomsky afirma que o foco da linguística deve ser a competência e não o desempenho.

<sup>6</sup> Essa literatura será meu foco, pois teve papel fundamental na definição de sujeitos, temas e objetos de pesquisa nos estudos da linguagem. Para discussões mais abrangentes da história da LQ, ver Motschenbacher (2011) e Lewis (2018).

Uma das consequências da primazia analítica dada à *langue* ou à competência é o entendimento cartesiano da língua como expressão da identidade. Essa perspectiva, por sua vez, produz outra dicotomia comum nos estudos linguísticos (e no senso comum) desde pelo menos o século XX: a crença de que homens e mulheres falam sexoletos específicos. O que me interessa nessa seção são justamente xs falantxs que contestam essa cantilena e, por isso mesmo, aparecem somente de forma paralela (ou quase invisível) em textos influentes de nossa área de investigação. O fato de tais falantxs aparecerem somente marginalmente nas análises sugere que foram tratadxs como desviantes que, de uma forma ou de outra, desafiavam o modelo explicativo dicotômico proposto por linguistas que discuto aqui.

Com efeito, como ilustra Kira Hall (2003) em sua minuciosa análise da literatura linguística e antropológica do século XX, os conceitos de “linguagem de homem” e “linguagem de mulher” emergiram de contextos de pesquisa nos quais se percebiam supostas diferenças morfológicas, fonológicas, sintáticas e pragmáticas na fala de diferentes grupos em tribos originárias de países não-europeus. Consoante Hall (2013), tais estudos tiveram dois efeitos: produziram discussões sobre as origens de formas de falar generificadas e sustentaram uma compreensão dicotômica do comportamento linguístico – homens falam assim; mulheres falam assado. Hall (2003) mostra que o cruzamento de normas linguísticas de gênero, nesses textos, não era tomado como dado de interesse analítico: a monstruosidade linguística de “homens que falam como mulher” ou “mulheres que falam como homens” era produzida não pelo escrutínio detalhado, mas, sim, pela falta de importância que se dava a fatos que poderiam desafiar a dicotomia que se tentava defender.

Em análises das “línguas de mulher” e das “línguas de homem” de várias culturas não-europeias, postulava-se sua existência rigidamente dicotomizada e mutuamente excludente, o que ainda hoje perpetua, no senso comum, o mito de Marte e Vênus (CAMERON, 2007) segundo o qual homens e mulheres têm naturezas distintas e irreconciliáveis – o que se expressaria em suas formas de falar. Nesses textos, fazem-se também referências passageiras a falantxs que desafiam o sistema e suas explicações. O mais popular desses falantes é o homem efeminado cuja inconformidade aos padrões sexuais dicotômicos de sua cultura o transforma em (1) uma anomalia linguística e, por conta dessa monstruosidade, (2) em um pária social. O estudo desenvolvido por Chamberlain (1912) sobre uma tribo iny mahãdu falante de Carajá, uma língua indígena brasileira presente na região dos rios Araguaia e Javaés, é representativo desse momento. O autor explica que habitantes dessa tribo interpretam a “linguagem das mulheres” com desdém. Essa observação é feita após Chamberlain descrever que uma das principais diferenças na fala dos dois sexos é que, em alguns contextos, as mulheres inserem consoantes entre vogais. Chamberlain nos conta o seguinte caso:

O Dr. Krause confirma isso e cita as brincadeiras de um índio carajá chamado Pedro sobre seu assistente de pesquisa, Francisco Adam. Pedro um dia disse que Francisco “era uma mulher”, pois ele pronunciava a palavra jacubá (um tipo de bebida), não como saúbá, como um homem deveria fazer, mas como sákúbá como as mulheres o faziam (CHAMBERLAIN, 1912, p. 580 *apud* HALL, 2003, p. 356).

Na perspectiva de Chamberlain, falantxs que desafiavam a rígida dicotomia entre sexoletos não seriam simplesmente vistos como mulheres; eles de fato se tornariam mulheres socialmente e sofreriam sanções por isso: como monstros linguísticos eles deixariam de participar das atividades tipicamente masculinas (tais como caça, guerra e provimento da casa) e assumiriam as funções femininas (como a coleta de frutos, cuidado de crianças e da casa), passando, assim, da vida política pública para a vida íntima privada. Vê-se já aí que o entendimento corrente à época da língua como fenômeno referencial e revelador de uma essência apagava o óbvio: a performatividade, ou seja, a capacidade de o uso de língua construir a realidade – ponto teórico-analítico central para a LQ que discutirei mais adiante.

É interessante notar que não só o “homem que fala como mulher” é visto como um pária social, mas mesmo a mulher que se mantém nos padrões linguisticamente dicotômicos criados nessa literatura é vista como uma falante problemática. Exemplo disso se encontra no influente livro *Language: its nature, development, and origins* do linguista dinamarquês Otto Jespersen (1922). O fato de o autor incluir um capítulo chamado *The Woman* (A mulher) no qual esmiúça as características de sua forma de falar em diversas culturas, dissecando sua fonética, escolha vocabular e sintaxe distintas e, em contrapartida, não dedicar uma análise específica do uso de língua por homens sugere que a variante deles é entendida como a norma da qual elas divergem. Segundo esse linguista, o sexoletto das mulheres é diferente da norma masculina por conta de um simples fato: a divisão do trabalho nas tribos examinadas. Já que as mulheres ficavam relegadas a “cuidar das crianças, cozinhar, preparar bebidas, costurar, lavar as roupas etc.” – atividades que não demandam “pensamento profundo” (JESPERSEN, 1922, p. 254) – sua língua refletiria uma posição social inferior e deficitária em relação à “língua dos homens”.

Os trabalhos de Chamberlain e Jespersen parecem indicar que a monstrosidade linguística do homem afeminado e mesmo da mulher reside, claro, não na língua em si, mas nas relações de poder que restringem formas legítimas de falar para cada gênero. Na literatura antropológica e linguística de meados do século XX, o homem efeminado e a mulher são, portanto, tratadxs como falantxs problemáticxs. O primeiro é assim analisado por exceder o binarismo analítico que postula a existência de sexoletos diferentes e sobrepor recursos linguísticos socialmente associados às mulheres. Elas são vistas como falantes de uma variante deficitária. De todo modo, o caráter desviante dessxs falantxs se deve ao *status* que essas análises dão à “língua dos homens”, tendo, assim, sua

existência cultural limitada por relações desiguais na qual o sexoletto masculino se encontra no topo da hierarquia social e dita a norma linguística.

Lewis (2018) nota que, entre 1950 e 1970, falantxs cujas marcas desviantes de gênero e sexualidade eram vistas como refletidas em suas formas estranhas de usar a língua passaram a aparecer em obras obscuras com circulação limitada, censuradas ou de difícil acesso – muitas das quais carentes de metodologia científica. A publicação de *Language and Woman's place* da linguista feminista Robin Lakoff em 1975 modificou esse cenário profundamente ao ponto de esse livro ser hoje considerado o marco fundador do campo de estudos de linguagem e gênero. Essa autora argumenta que as mulheres brancas, escolarizadas, de classe média, heterossexuais norte-americanas têm um estilo conversacional que privilegia a cooperação, a afiliação e a deferência, o que as desempodera em interações com homens que, segundo Lakoff, primam pela competitividade em sua forma de falar. Embora ainda mantenha uma distinção linguística e generificada clara, Lakoff dá centralidade aos efeitos do patriarcado no uso de linguagem, estudando não a língua em si mediante o estabelecimento de uma relação de correspondência direta entre identidade aprioristicamente atribuída (mulher) e uso linguístico, como fizeram seus antecessores<sup>7</sup>, mas sim as constrições sociais que limitam o acesso de mulheres a determinados lugares de poder. Central para seu argumento são as assimetrias geradas pelo patriarcado.

Hall (2003) explica que por conta de seu alinhamento ao feminismo de segunda onda e devido à centralidade cedida aos processos linguísticos e sociais pelos quais “torna-se mulher”, as rápidas menções que Lakoff faz a falantxs que cruzam fronteiras linguísticas não chamaram a atenção de intérpretes de sua obra. Dentre essxs falantxs transviadxs, encontramos gays, hippies e acadêmicos – grupos que à primeira vista teriam pouco em comum. A linguista vê esses indivíduos como apartados do poder capitalista patriarcal, o que influenciaria seu modo de falar. Segundo Lakoff (1975, p. 10), por exemplo, “a linguagem dos homens está sendo usada por mulheres, mas a linguagem das mulheres não está sendo adotada por homens, a não ser aqueles que rejeitam o modelo masculino americano (por exemplo, os homossexuais)”. Coisa semelhante acontece com hippies e acadêmicos. O primeiro grupo, para o qual “poder e fazer dinheiro não interessam”, estaria “separado das atividades do mundo real assim como as mulheres – no caso dos hippies essa é uma decisão deliberada enquanto para as mulheres é imposta” (LAKOFF, 1975, p. 13). O segundo, por sua vez, “é visto [...] como análogo às mulheres em alguns sentidos” já que “a casa do subúrbio [i.e. relegada às mulheres] é semelhante à torre de marfim da academia [i.e. dominada por homens]” o que faz com

---

<sup>7</sup> Uso o masculino genérico aqui propositalmente, pois os estudiosos que precederam Lakoff no estudo de diferenças generificadas no uso de língua foram homens. A inovação do estudo dessa autora é a adição de uma perspectiva feminista (e, portanto, politicamente engajada) para o estudo da linguagem.

que o fato de “muitos homens no mundo acadêmico [...] frequentemente usarem a ‘linguagem das mulheres’” (LAKOFF, 1975, p. 14) não ser analiticamente surpreendente para a autora.

O que Lakoff faz, embora ainda se mantenha presa ao binarismo entre linguagem “de homem” e “de mulher”, é chamar atenção para o que está fora da língua em si, adicionando camadas analíticas mais nuançadas. Para essa autora, o fato de certos homens usarem o que ela chama de linguagem das mulheres não é uma questão linguística em si, mas das relações com estruturas de poder, o que então seria refletido em sua fala/escrita. Subjacente à essa posição epistemológica está uma compreensão essencialista da língua que também guiava os estudos anteriores à obra de Lakoff. Não obstante essa continuidade, a análise feminista da autora possibilita afirmar que na década de 1970 a crença em sexoletos distintos predominante na literatura linguística e antropológica até então passa a ser entendida não como um problema linguístico somente, mas sim da relação entre língua e a distribuição desigual de poder, gerando assimetrias de gênero que passam a ser refletidas nos mais diversos níveis linguísticos.

A leitura de que Lakoff propusera a existência de formas de falar diferentes para homens e mulheres teve grande aceitação. Exemplo disso foi o sucesso mercadológico do livro *That's not what I meant: How conversational style makes or breaks relationships* de Deborah Tannen (1986) no qual a autora exacerba a suposta diferença entre formas de falar masculinas e femininas para defender a tese de que homens e mulheres vêm de duas subculturas sociolinguísticas diferentes nas quais aprendem regras interacionais e arcabouços interpretativos específicos para cada gênero, o que dificulta sua comunicação e pode até interferir em seus relacionamentos amorosos. Hall (2003) afirma que o livro de Tannen nos oferece um dos primeiros exemplos de casais gays na história da literatura linguística. Apesar de sua importância para a historiografia de nosso campo, a orientação sexual desse casal não é trazida para o centro das análises propostas por Tannen, que os descreve simplesmente como “duas pessoas que moram juntas e se amam” (p. 126).

Em sua análise sócio-interacional de uma discussão entre o casal Mike e Ken, a autora dissecar os tipos de mal-entendidos que ocorrem em relações íntimas quando participantes se orientam para enquadres interpretativos divergentes. Contudo, para dissecar essa interação, Tannen não mobiliza gênero como uma categoria analítica – que, note-se, é central no restante da obra. A linguista se vê aqui com um problema de difícil resolução. Se existem duas subculturas sociolinguísticas generificadas distintas, Mike e Ken, como homens, compartilhariam dos mesmos códigos, registros e enquadres culturais e, portanto, deveriam estar familiarizados com as mesmas regras interacionais. Se porventura trazida para as análises de Tannen, a categoria gênero acabaria por desafiar o pressuposto básico do modelo teórico-analítico ao qual se filia; portanto, é estrategicamente ignorada. Curiosamente, três anos após a publicação do livro de Tannen, encontramos a mesma interação

analisada por Burrell e Fitzpatrick (1989) cujo foco é, de fato, gênero. Nesse estudo, porém, Mike e Ken aparecem metamorfoseados no casal heterossexual Bob e Joanne, o que possibilita o argumento de que homens e mulheres falariam línguas diferentes.

De acordo com Hall (2003), o fato de Tannen ignorar a orientação sexual dos participantes da interação analisada e de eles serem posteriormente transformados em um casal heterossexual por outros autores com propósitos analíticos semelhantes sugere um padrão que se repete, salvaguardadas as diferenças, na literatura linguística do século XX. Repetidamente, vemos a marginalização teórica e o apagamento analítico de falantxs que desafiam os binarismos explicativos e, com isso, a defesa de uma visão estritamente essencialista na qual a língua seria um instrumento para expressar uma identidade. Contudo, a década de 1990, como veremos a seguir, trouxe inovações teóricas e políticas que investem justamente na indefinição, no cruzamento e na justaposição desses limites generificados e, com isso, oferecem possibilidades analíticas mais sofisticadas para o estudo de falantxs que desafiam binarismos simplificadoros.

### **3. TRANSVIADAGENS LINGUÍSTICAS: PERFORMATIVIDADE, INDEXICALIDADE E CORPO**

A visão dicotômica do comportamento generificado tem sido desafiada pelas teorias *queer*, um conglomerado de perspectivas pós-estruturalistas guiado pela noção foucaultiana de que a identidade é uma construção sócio-histórica moldada por instituições e discursos e não uma característica essencial dos indivíduos. A partir dessa posição político-epistemológica, teóricxs *queer* se lançam ao desafio de desenvolver uma crítica aos processos de legislação não voluntária da identidade (BUTLER, 2004), nos quais a linguagem tem papel central na regulação da ação social e das subjetividades.

Na academia estadunidense, o livro *Gender Trouble* da filósofa Judith Butler (1990 [2003]) teve grande influência epistemológica e política no delineamento do que hoje entendemos por teorias *queer*. Nesse texto, a autora define gênero como “a *estilização* repetida do *corpo*, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a *aparência de uma substância*, de uma classe natural de ser (BUTLER, 1990 [2003], p. 59, grifos meus). Ao entender gênero como um tipo de estilização do corpo que se repete em atos circunscritos por regimes políticos e sociais estruturantes (dos quais a visão dicotômica do comportamento linguístico discutida antes é parte constitutiva), Butler acaba por dessencializar e desontologizar o que entendemos por identidade, que passa a ser tomada não como uma coisa em si (i.e. uma substância), mas como o efeito de nossas ações.

A autora defende que o que chamamos de identidade não pode ser compreendido sem levar em conta duas dimensões simultâneas de sua existência: a performance (i.e., estilização repetida do corpo, conjunto de atos repetidos) e a performatividade (i.e., uma estrutura altamente rígida...). Enquanto performance é aquilo que um sujeito faz, a performatividade é o sistema de regulações que impõem limites para os contornos dessas (estiliz)ações. A filósofa, assim, desestabiliza visões que entendem a identidade como um fenômeno interno anterior à ação e que é por ela expresso – perspectiva que guiava a literatura linguística revisada na seção anterior (e que em grande medida ainda encontra ecos hoje em dia). Em sua teoria da performatividade, Butler deixa entrever dois elementos centrais para que possamos investigar as performances linguísticas e identitárias de falantxs transviadxs e suas relações controversas com as normas sociais, notadamente a indexicalidade e o corpo.

Por indexicalidade, entende-se o processo social, histórico, cultural e político através do qual sentidos emergem. Ou seja, a relação entre signo e significado não é direta, mas mediada por uma história de uso que o vincula a vários sentidos possíveis que só poderão ser determinados contextualmente. Ochs (1993) argumenta que a relação entre língua e identidade não implica em “um mapeamento direto entre uma forma linguística e um significado social” (p. 336). A autora explica que o sentido “é constituído e mediado pela relação da língua com posicionamentos, ações, atividades e outros construtos sociais” (p. 337) tais como gênero, classe, sexualidade, filiação política etc. A construção da identidade, assim, envolve a produção de *links* indexicais indiretos que vinculam determinada estrutura linguística a certo sentido social contextualmente produzido. Ou seja, a elaboração disso que chamamos de identidade não está restrita ao uso explícito de categorias como homem, mulher, gay, trans etc., mas ocorre indiretamente por meio de diversos recursos linguísticos (sons, morfemas, estruturas sintáticas etc.). Ao serem usados em uma prática discursiva específica, esses signos retomam uma história que movimenta certos arcabouços interpretativos disponíveis sócio-culturalmente e lhes conferem sentido no aqui e agora da enunciação.

Devido a essa situacionalidade radical, sentidos de normatividade e subversão, de reiteração e contestação emergem situadamente de ações locais e não podem ser compreendidos como anteriores ao engajamento discursivo (ver, nesse sentido, ALMEIDA, 2020). Isso está diretamente ligado ao embate entre teoria e prática discutido anteriormente. Se considerarmos que o sentido é o resultado indexical de negociações discursivas situadas, não precedendo, assim, a ação, só poderemos entendê-lo à medida que emerge da interação na qual serve a determinados propósitos. Ou seja, a reificação ou a contestação de normas não antecede o engajamento discursivo. O conceito de indexicalidade exige que se evite a essencialização da resistência ou do assujeitamento, pois somente um olhar atento às ações locais de indivíduos pode nos levar a entender como a relação com as normas se dá. Como

bem argumenta Hall (2013, p. 638), “qualquer análise da vida social deve começar pelo reconhecimento de que o significado da prática discursiva não é fixo” nem seu status como normativa ou desviante, normal ou anormal, conformista ou monstruosa.

Um elemento importante nessa dinâmica situada e indexical de negociação de sentidos é o corpo e seus usos, pois gestos, olhares, movimentos, toques, oscilações proxêmicas adicionam camadas de sentido para que se possa entender o que acontece em uma interação. Contudo, a ciência linguística tem se mantido fiel a sua tradição logocêntrica e tem deixado de lado o corpo que assume um papel central para a LQ (ver, nesse sentido, BONFANTE; BORBA, 2018). Como mostram Bucholtz e Hall (2016), os estudos linguísticos tendem a ver o corpo como simples suporte da língua e não em uma relação constitutiva na qual o corpo que fala/escreve se produz ao (se) falar/escrever, dá-se a ver e a ouvir ao falar/escrever, faz-se corpo ao fazer linguagem. Essa interpretação está em consonância com a teoria da performatividade de Butler segundo a qual é a estilização repetida do corpo que indexicalmente o insere em normas de gênero (e raça, classe, nacionalidade, sexualidade etc.) e institui formas corporificadas de se viver em sociedade.

Embora, a partir de leituras um tanto apressadas, a teoria butleriana tenha recebido críticas por dar centralidade à linguagem e deixar o corpo em segundo plano (PRECIADO, 2014), ambos são igualmente importantes para a performatividade. Ou seja, o entendimento de que nossa experiência do real é construída pela linguagem não implica num determinismo linguístico. Não devemos entender a força performativa da língua como apagando a materialidade de nossas ações. O que a teoria da performatividade enfatiza é que o mundo material só pode ser entendido pelas escolhas lexicais, sintáticas, semânticas, discursivas etc. que fazemos para significá-lo. A partir dessa perspectiva, Pinto (2012) explica que “o sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala *exige* o corpo. O agir do ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo” (p. 105).

Para ilustrar a utilidade desses conceitos na análise de como certxs falantxs desafiam ou reiteram normas (linguísticas e sociais), dou um exemplo derivado de pesquisa etnográfica realizada durante um projeto de prevenção de ISTs/aids de uma ONG no qual Sandra e Márcia<sup>8</sup> (mulheres brancas, cisgênero, de classe média, heterossexuais, falantes da norma culta do português brasileiro) distribuíam preservativos e informações sobre sexo seguro a travestis enquanto estas vendiam serviços sexuais nas ruas de uma cidade na região sul do Brasil. O projeto era composto por visitas aos pontos de prostituição da cidade à noite. Durante essas incursões, Sandra servia de motorista e Márcia ficava responsável por abordar as travestis, entregar preservativos e divulgar as atividades da

---

<sup>8</sup> Utilizo pseudônimos para me referir às colaboradoras da pesquisa.

ONG. Eu ficava no banco de trás do carro, aguardando que encontrássemos alguma travesti que já houvesse sido informada sobre a pesquisa e autorizado as gravações. Focalizo especificamente as tentativas de Sandra em aprender um movimento corporal muito popular entre as travestis para seu trabalho como profissionais do sexo, um movimento que, acreditavam, chamava a atenção de possíveis clientes, pois valorizava sua feminilidade. Nessas interações, veremos Sandra engajar-se em estilizações pouco convencionais para uma mulher cisgênero, branca, heterossexual que ocupava posições de poder específicas de classe e profissão (Sandra é advogada) ao sobrepor recursos linguísticos e corporais para propósitos institucionais situados. As diversas dicotomias construídas durante a história do pensamento linguístico, especialmente aquelas que derivam de uma visão essencialista que entende língua como reflexo de uma identidade pré-existente, encontram seus limites explicativos nas (estiliz)ações que Sandra elabora para/com suas interlocutoras transgênero.

É justamente por conta disso que a transviadagem linguística que me interessa aqui é de Sandra e não das travestis com quem interage. Esse recorte tem três objetivos. Primeiro, seguindo uma perspectiva *queer*, indexical e corporificada, pretendo argumentar que as estilizações de Sandra ilustram o ponto teórico feito anteriormente de que sentidos de identidade não precedem nosso engajamento discursivo; ao contrário, emergem localmente da prática. Segundo, intento mostrar como as ações translinguísticas e transcorporais efetuadas por Sandra desafiam a obsessão por balizar explicações sobre a língua a partir de categorias identitárias estanques (i.e. fala de mulher, fala de homem, fala de gay etc.) que não dão conta da complexidade do uso em contextos específicos. Terceiro, quero ilustrar o argumento de que o conceito de falantxs transviadxs não se refere a um grupo específico de pessoas definido *a priori*, mas emerge indexicalmente como “um horizonte de possibilidades cuja extensão precisa e o escopo heterogêneo” (HALPERIN, 1995, p. 62) “foge das concepções heteronormativas do discurso social dominante” (BARRETT, 2020, p. 50).

A interação abaixo ocorreu logo após Márcia ter entregado preservativos e gel lubrificante para Daniela, que dizia às interventoras que naquela noite havia tido um bom número de clientes. Defrontada com essa informação, Sandra, na linha 69, pede autorização à Daniela para compartilhar seu ponto e, para tanto, solicita que sua interlocutora a ensine como performar travestilidade. Vejamos<sup>9</sup>:

<sup>9</sup> As convenções de transcrição são as seguintes: . (ponto final) indica entonação decrescente; ? (interrogação) indica entonação ascendente; , (vírgula) indica entonação contínua; ::: (dois pontos em série) indica alongamento de som; = (sinais de igual) indicam turnos de fala que ocorreram sem lapso de tempo interveniente; letras maiúsculas indicam volume de fala mais alto; [ ] (colchetes) indicam turnos de fala sobrepostos; @ (arroba) indica risada; números entre parênteses mostram a medida de silêncio em segundos e décimos de segundo; ((xxx)) parênteses duplos incluem comentários do transcritor.

**Excerto 1**

69 Sandra: Qualquer dia desse vô ficá na tua esquina.  
70 [tem lugar]pra mim?=  
71 Daniela: [pode ficá] =com certeza. Claro. Tu  
72 sabe que sempre tem pra ti=  
73 Sandra: =ta. Me diz uma coisa. Que cor o meu  
74 espartilho?  
75 Márcia: @@@@  
76 Daniela: [que que é?=  
77 Sandra: =MEU ESPARtilho né!  
78 Daniela: lógico. bem vermelho, bem puta, bem tudo=  
79 Sandra: =ta. E tu vai me ensiná aquele jogo assim?=  
80 ((coloca as mãos nos quadris, balança a parte  
81 superior do tronco e balança os cabeça))  
82 Daniela: =ensino.  
83 Márcia: @@@@  
84 Sandra: ah bom.  
85 (0.8)  
86 Daniela: um jogo pra balançá TUDO que tem direito  
87 Sandra: bom. Se eu começá a balançá [muito PLAFt cai tudo.  
88 Daniela: [A:::I::: não pode  
89 balançá.

Ao receber autorização de Daniela para ficar “na esquina”, Sandra passa a solicitar ajuda sobre como estilizar uma performance de travesti para fazer o mesmo sucesso que sua interlocutora entre os clientes. Na linha 73, a interventora pergunta sobre um item de vestimenta convencionalmente associado à sensualidade feminina (“que cor meu espartilho?”) e recebe como resposta a sugestão de escolher um que seja “bem vermelho, bem puta, bem tudo”. Tendo estabelecido, via indexicalidade, um processo de autenticação (BUCHOLTZ; HALL, 2004) da travestilidade e da feminilidade de Daniela, Sandra, na linha 79, solicita que ela a ensine a usar o corpo como uma travesti. Daniela se mostra disposta a ensinar Sandra estilizar-se como travesti (linha 82) através de um jogo corporal “pra balançar tudo que tem direito” (linha 86). O turno da linha 87 tem função performativa importante aqui. Ao dizer que se ela começar a balançar muito “cai tudo”, Sandra salienta sua incapacidade de usar o corpo como a travesti o faz e, como implicação, ao falar de sua inabilidade para se mover de forma tão feminina quanto Daniela, acaba por legitimar a estilização corporal de sua interlocutora. As ações de Sandra, assim, movimentam no aqui e agora da interação processos de legitimação da feminilidade de Daniela ao acionar localmente signos indexicais que salientam a feminilidade da travesti, de um lado, e, de outro, menosprezam a capacidade da advogada em estilizar-se de forma suficientemente convincente.

No que tange à indexicalidade, os atos de fala proferidos por Sandra nas linhas 69, 73, 79 e 87 apontam para (1) sua construção local como travesti e (2) a deslegitimação de sua profissão (advogada) e performance de gênero o que, em contrapartida, salienta a legitimidade das estilizações corporais de Daniela e sua identificação como travesti. Nesse sentido, Sandra emerge aqui como uma falante transviada, pois aciona recursos linguísticos que estariam convencionalmente distantes de uma mulher cisgênero, heterossexual, de classe média e altamente letrada o que colabora para sua

transposição de normas de comportamento e sobreposição de estilizações corporais. Contrariando a visão dicotômica prevalente na literatura linguística do século XX, a identidade de gênero elaborada interacionalmente por Sandra encontra-se nas fronteiras (LOPES; SILVA, 2018). Ou seja, ao sobrepor recursos linguísticos proibidos ou impossíveis para uma pessoa que ocupa posições de privilégio (pois apontam para sentidos e ações socialmente desprivilegiados), Sandra mobiliza uma plêiade de ações semântico-pragmáticas que têm como efeito o decréscimo de diferenças e a calibração de assimetrias entre ela e sua interlocutora.

Esse processo é exacerbado na interação com Michelly, que ocorreu uma semana após a interação analisada acima. Nessa ocasião, repetindo seu padrão de atravessar fronteiras identitárias e linguísticas, Sandra pediu para que Michelly a ensinasse a fazer o movimento corporal que anteriormente afirmara não ser capaz. Sandra dizia que precisava “fazer um aqué” (i.e. ganhar dinheiro) nas ruas enquanto realizava sua tarefa institucional. Já nesse ato de fala vemos que a advogada utiliza uma expressão do pajubá, um tipo de linguagem cifrada – ou até mesmo uma contra-língua – que mistura português com termos de diversas línguas africanas e serve tanto como forma de construção de pertencimento ao grupo como elemento de distinção e proteção contra indivíduos que a ele não pertencem ou tentem atacá-lo. O uso do pajubá aqui é significativo, pois, segundo Lima (2017), serve como estratégia de reexistência cultural e resistência à cis-heteronormatividade.

As funcionárias da ONG saem do carro para tentar aprender com Michelly a usar o corpo para “fazer um aqué”. É aí que vemos a relação entre corpo e indexicalidade exacerbada. Quando saímos do veículo, Márcia pede para eu tirar fotos que serviriam para registro da ONG. Sandra, Márcia e Michelly, então, posam para a foto reproduzida abaixo.

**Figura 1 – Corporificação da travestilidade**



Fonte: Arquivos da ONG

Enquanto preparavam-se para a foto, Sandra dirige o olhar para Michelly e começa a imitar seus movimentos dando continuidade à empreitada na qual estava investida desde o encontro com Daniela na semana anterior: corporificar uma feminilidade travesti. Em sincronia com Michelly, Sandra vira seu quadril ligeiramente para a direita e levanta a perna. À medida que tenta imitar a travesti, a advogada fita os glúteos de Michelly e, efetuando uma troca de códigos, assevera, em alto e bom som, “A::: NÃO::: AQUENDA AQUENDA O EDI DA MONA”, ou seja “olhem para a bunda da travesti”, chamando nossa atenção para o corpo torneado e para as curvas protuberantes de sua companheira de foto. Em resposta, Michelly diz: “morre de inveja, amapô”. A relação indexical entre o ato de fala proferido por Sandra e o vocativo “amapô” (mulher em pajubá) tem efeito importante para a construção de gênero das interlocutoras, pois aí temos uma “mulher de verdade”, segundo a visão êmica do grupo à época do trabalho de campo, elogiando (ou, na interpretação de Michelly, invejando) o corpo travesti. Sandra salienta o processo interacional de legitimação da feminilidade de sua interlocutora ao afirmar que “meu edi não é como o dela”, o que produz uma reviravolta em sentidos sedimentados sobre a feminilidade e coloca Michelly em uma posição superior no que tange a sua performance de gênero. Vemos aí assimetrias interacionais relacionadas à posição institucional, profissão e gênero sendo retorcidas como efeito das indexicalidades projetadas pelas práticas translinguísticas e transcorporais negociadas entre as interagentes.

A utilização fluente do pajubá e a tentativa de corporificação de uma feminilidade travesti por parte de Sandra mostram um trabalho linguístico-corporal de negociação de semelhanças e diferenças no qual a funcionária da ONG se deixa modificar pelas travestis com quem interage e, localmente, borra fronteiras entre o linguístico, o corporal e o social, embaralhando presunções essencialistas de que a fala reflete a identidade. Além disso, as estilizações linguísticas de Sandra não podem ser engessadas por dicotomias simplificadoras já que seus sentidos surgem indexicalmente do que diz e faz com suas interlocutoras travestis. Nessas intervenções, Sandra emerge como uma falante transviada que revira e mistura múltiplos repertórios linguísticos e corporais – o que tem como efeito um desarranjo situado de regimes de ordenação do comportamento generificado mais abrangentes.

A comoção causada pela questão do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) sobre o pajubá é evidência de como o movimento de deixar-se modificar pela diferença, a exemplo da performance produzida por Sandra nas interações aqui analisadas, é ainda proscrito pela sociedade brasileira. O que ficou implícito nesse debate foi a tentativa de limitar a expansão do repertório linguístico e cultural de adolescentes que não deveriam conhecer essa contra-língua para impedir contaminação pela monstruosidade de quem a fala. Sandra e outrxs falantxs transviadx – com sua habilidade de ir e vir entre diversos repertórios linguísticos e corporais generificados – fazem

justamente o trabalho de atravessar a fina membrana que separa termos binários, produzindo possibilidades de abertura pela, para e com a diferença.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Se, como argumentam Halperin (1995) e Barrett (2020), *queer* é um significante sem um significado pré-existente e bem definido no mundo exterior, seus sentidos são sempre cambiantes e dependem de dinâmicas indexicais locais nas quais normas, diferenças e semelhanças são negociadas para os propósitos do encontro discursivo. As performances de Sandra analisadas acima sugerem que não devemos interpretar a linguagem e a corporalidade como ancorados em e limitados por corpos devidamente generificados e sexuais, mas sim como recursos semióticos disponíveis para serem invocados e manipulados a depender de propósitos locais negociados na interação<sup>10</sup>. A LQ investe no estudo dessas negociações emergentes de sentido e suas relações de reificação ou contestação de normatividades linguísticas, sexuais, generificadas etc. Seu foco recai, para usar as palavras de Foucault que constam na epígrafe deste artigo, em falantxs que misturam o impossível com o proibido, trazendo para o foco analítico fenômenos e indivíduos que, por muito tempo, foram relegados às margens dos estudos linguísticos por desafiar visões essencialistas e representacionais.

Assim como o convite feito pela ativista trans Indianare Siqueira à filósofa Judith Butler mencionado anteriormente, a LQ desafia o campo dos estudos da linguagem a sair dos gabinetes empoeirados e partir para os locais onde o encontro com as diferenças se dá e, com isso, não temer fenômenos e indivíduos que extrapolam, em suas práticas cotidianas, dicotomias produzidas no conforto da teoria. Ao aceitar esse convite e trazer uma perspectiva *queer* para os estudos linguísticos, entretemos as possibilidades de (1) alargar o escopo de contextos socioculturais investigados, (2) redefinir os sujeitos de pesquisa, (3) questionar a suposição de que formas específicas de usar a linguagem são derivadas do sexo de falantes (“homens falam assim; mulheres falam assado”) e, sobretudo, (4) produzir pesquisas socialmente responsivas que possam nos ajudar a repensar a sociedade e redesenhar futuros a partir da experiência vivida daquels que sofrem os efeitos materiais das normas.

---

<sup>10</sup> Isso, contudo, não implica que o acesso a recursos semióticos se dá sem entraves. Pelo contrário, a formação dos repertórios disponíveis para interagentes é também alvo de coerção, ou seja, está submetida a dinâmicas de poder que regulam possibilidades de acesso e, por conseguinte, as formas de possíveis estilizações. Embora, como argumento acima, a membrana que delimita o funcionamento de regimes generificados de ação social seja porosa e maleável, o acesso a determinados recursos semióticos não ocorre livremente e sua legitimidade é sempre negociada no curso da interação situada entre interlocutorxs. Ver, nesse sentido, Borba (2016).

O conceito de falante-ouvinte ideal teve papel central para que a Linguística se definisse como ciência séria no estudo da competência, ou seja, da norma que antecede a ação social e tenta restringi-la; a LQ, ao contrário, se preocupa mesmo com as performances situadas de falantxs não-ideais, aquelxs que, por desviarem de normatividades de gênero, sexualidade e língua, foram transformadxs em desviantes na história do pensamento linguístico. É essa monstruosidade que interessa a LQ em sua crítica social, pois, como diz Jacques Derrida (1967 [2013], p.6, grifos no original), “o futuro só se pode antecipar na forma do perigo absoluto. Ele é o que rompe absolutamente com a normalidade constituída e por isso somente se pode anunciar, *apresentar-se*, na espécie da monstruosidade”.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. N. (Re)fazendo a tradição, (des)construindo gênero: aproximações entre análise da conversa e linguística queer. In: BORBA, R. (org.). *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo:Cortez, 2020. p. 243-280.
- BARRETT, R. Seria a teoria *queer* importante para a teoria sociolinguística? In: BORBA, R. (org.). *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo: Cortez, 2020. p. 47-65.
- BARRETT, R. The emergence of the unmarked: Queer theory, language ideology, and formal linguistics. In: ZIMMAN, L.; DAVIS, J.; RACLAW, J. (ed.). *Queer excursions: Retheorizing binaries in language, gender, and sexuality research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 195-223
- BENTO, B. *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EdUFBA, 2016.
- BONFANTE, G. M.; BORBA, R. Distensões e contorções do corpo e do discurso no *bareback*. In: JESUS, D. M.; CARBONIERI, D.; MELO, G. (org.). *Corpos transgressores: homenagem à Dandara dos Santos*. São Paulo: Pontes, 2018.
- BORBA, R. Linguística *queer*: algumas desorientações. In: BORBA, R. (org.), *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo:Cortez, 2020. p. 9-45.
- BORBA, R. Linguística *queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, n. 9, v. 1, p. 91-107, 2006[2015].
- BORBA, R. Discurso e (trans)identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/Aids entre travestis. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 441-473, 2009.
- BORBA, R. *O (Des)Aprendizado de Si: Transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro:Editora Fiocruz, 2016.
- BORBA, R. Gendered politics of enmity: language ideologies and social polarization in Brazil. *Gender and Language*, v. 14, n. 1, p. 423-448, 2019.

- BORBA, R.; LOPES, A. C. Escrituras de gênero e políticas da *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem e Ensino*, v. 21, p. 241-285, 2018.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Embodied sociolinguistics. In: COUPLAND, N. (ed.). *Sociolinguistics: Theoretical debates*. Cambridge:Cambridge University Press, 2016. p. 173-197.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Theorizing identity in language and sexuality research. *Language in Society*, v. 33, n. 4, p. 449-515, 2004.
- BURRELL, N.; FITZPATRICK, M. A. The psychological reality of material conflict. In: DUDLEY, D. (ed.). *Intimates in conflict*. Hillsdale:Erlbaum, 1989. p. 167-186.
- BUTLER, J. *Undoing gender*. Nova York: Routledge, 2004.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1990 [2003].
- BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador:EdUFBA, p. 19-41, 2016.
- CAMERON, D. *The myth of Mars and Venus: Do men and women really speak different languages*. Oxford:Oxford University Press, 2007.
- CHAMBERLAIN, A. Women's languages. *American Anthropologist*, v. 14, p. 579-581, 1912.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA:MIT Press, 1965.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo:Perspectiva, 1967 [2013].
- FABRÍCIO, B. F. Mobility and discourse circulation in the contemporary: the turn of the referential screw. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, v. 40, n. 1, p. 129-140, 2016.
- FABRÍCIO, B. F.; MOITA LOPES, L. P. "A guerra dos carneiros gays": a (re)construção do fantasma da eugenia sexual no discurso midiático. *Matraga*, v. 15, p. 64-84, 2008.
- HALL, K. Sexualidade intertextual: paródias de classe, identidade e desejo nas fronteiras de Deli. In: BORBA, R. (org.). *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo:Cortez, 2020. p. 283-215.
- HALL, K. Commentary I: "It's a hijra!" Queer linguistics revisited. *Discourse & Society*, v. 24, n. 5, p. 634-642, 2013.
- HALL, K. Exceptional speakers: contested and problematized gender identities. In: HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. (ed.). *The handbook of language and gender*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 353-380
- HALPERIN, D. *Saint Foucault: towards a gay hagiography*. Nova York: Oxford University Press, 1995.
- JESPERSEN, O. *Language: its nature, development and origins*. Londres:Allen and Unwin, 1922.

- LAKOFF, R. *Language and woman's place*. Nova York:Harper Colophon, 1975.
- LEWIS, E. S. Do 'léxico gay' à Linguística Queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas teorias queer. *Estudos Linguísticos*, v. 47, n. 3, p. 675-690, 2018.
- LIMA, C. H. *Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Devires, 2017.
- LIVIA, A.; HALL, K. (ed.). *Queerly Phrased: Language, gender and sexuality*. Oxford:Oxford University Press, 1997.
- LOPES, A. C.; SILVA, D. "Todos nós semos de fronteira": ideologias linguísticas e a construção de uma pedagogia translíngue. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 18, n. 3, p. 695-713, 2018.
- LOURO, G. L. Teoria *queer*: Uma perspectiva pós-identitária para a Educação. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MELO, I. Características e princípios da linguística *queer*: carões e lacrações nos estudos da linguagem. In: BORBA, R. (org.), *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo:Cortez, 2020. p. 155-183.
- MISKOLCI, R. *Teoria queer: Um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte:Autêntica, 2015.
- MOITA LOPES, L. P. "Falta homem até pra homem": A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, V.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. (org.). *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 131-157, 2006.
- MOTSCHENBACHER, H. Taking *queer* linguistics further: sociolinguistics and critical heteronormativity research. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 212, p. 149-179, 2011.
- OCHS, E. Indexing gender. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (ed.). *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 335-358.
- PELKEY, J. *The semiotics of X: chiasmus, cognition, and extreme body memory*. Londres: Bloomsbury, 2017.
- PELÚCIO, L. Possible appropriations and necessary provocations for a teoria cu. In: LEWIS, E. S.; BORBA, R.; FABRÍCIO, B. F.; PINTO, D. (ed.). *Queering Paradigms IV: South-North dialogues on queer epistemologies, embodiments and activism*. Oxford:Peter Lang, 2014. p. 31-52.
- PINTO, J. P. Performatividade radical: ato de fala ou ato do corpo? *Gênero*, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2012.
- PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo:N-1 edições, 2014.
- SANTOS FILHO, I. I. *Linguística queer*. Recife:Pipa, 2020.

TANNEN, D. *That's not what I meant: how conversational style makes or breaks relationships*. Nova York: Ballantine, 1986.

ZIMMAN, L.; DAVIS, J.; RAELAW, J. *Queer excursions: retheorizing binaries in language, gender and sexuality research*. Oxford:Oxford University Press, 2014.